



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
VICE-PRESIDÊNCIA

Agenda da Reunião da Comissão de Divisão e Organização Judiciárias e Assuntos Legislativos, para o dia 18 de agosto do corrente ano, às 11:00h, no gabinete da Vice-Presidência, neste Tribunal, constando os processos abaixo listados, dentre outros:

1. Processo nº. 51526/2013*

Requerente: Presidente da AMAJUS

Assunto: Solicita que o procedimento adotado na compensação do Plantão Judiciário, estabelecido na Resolução nº 46/2013-TJMA e disciplinado no Provimento nº 12/2013 – CGJ, seja extensivo aos Oficiais de Justiça, com pequenas mudanças.

***Pedido de vista da Desa. Anildes Cruz, na reunião do dia 07.07.2015.**

2. Processo nº. 10444/2013

Requerente: Devanir Garcia e outros

Assunto: Solicitam a desacumulação dos serviços extrajudiciais de notas que estão aglutinados às serventias do 1º Ofício dos municípios já relacionados no artigo 191, da Lei Complementar Estadual nº 14/91, com a conseqüente outorga da delegação exclusiva e definitiva às serventias do 2º Ofício, bem como o envio do projeto de lei ao Poder Legislativo propondo a alteração da Lei Complementar Estadual nº 14/91, no sentido de revogar o parágrafo único do artigo 191.

3. Processo nº. 47250/2014

Requerente: Juíza de Direito da Vara Única de Raposa

Assunto: Solicita que os cargos inerentes aos Termos Judiciários da Comarca da Ilha de São Luis, como São Luis, São José de Ribamar e Paço do Lumiar, sejam também preenchidos no Termo Judiciário de Raposa.

4. Processo nº. 10588/2015

Requerente: Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Desa. Cleonice Silva Freire

Assunto: Encaminha Resolução nº 21/2014, *ad referendum*, referente à concessão da GAJ aos Oficiais de Justiça e Comissários de Justiça.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
VICE-PRESIDÊNCIA

5. Processo nº14349/2015

Requerente: Diretor de Recursos Humanos

Assunto: Apresenta Projeto de Resolução que regulamenta o Programa de Estágio no Poder Judiciário do Maranhão, para estudantes de Instituições de Ensino Superior Públicos e Privadas.

6. Processo nº. 14590/2015

Requerente: Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Desa. Cleonice Silva Freire

Assunto: Encaminha Resolução GP nº 17/15, *ad referendum*, que altera dispositivos da Resolução nº 04/13, referente ao Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos, NURER.

7. Processo nº. 16088/2015

Requerente: Corregedor-Geral da Defensoria Pública do Maranhão

Assunto: Solicita que seja encaminhado à Assembleia Legislativa do Maranhão, projeto de lei disciplinando a competência para processo e julgamento das ações relativas a internações compulsórias de pessoas portadoras de dependência química.

8. Processo nº. 19918/2015

Requerente: Moacir Oliveira Borges Júnior

Assunto: Projeto de Resolução, para alterar a Resolução nº 7, de 18.04.2012, que homologou o Resultado Final do Concurso Público para Provimento dos Cargos Efetivos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão – Edital nº 002/2011.

9. Processo nº. 27292/2015

Requerente: Corregedora-Geral da Justiça, Desa. Nelma Celeste Souza Silva Sarney Costa

Assunto: Apresenta Proposta de Resolução que dispõe sobre a normatização do Juizado Especial da Fazenda Pública do Termo Judiciário de São Luis, de acordo com a Lei nº 12.153/2009.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
VICE-PRESIDÊNCIA

10. Processo nº. 28778/2015

Requerente: Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa

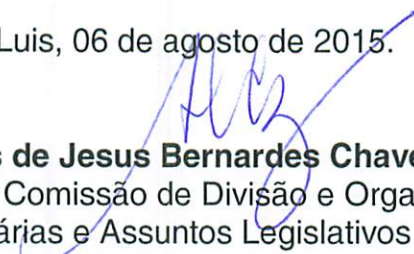
Assunto: Apresenta Proposta de Resolução que dá novas regras para concessão das Medalhas Antonio Rodrigues Vellozo e Cândido Mendes, instituídas, respectivamente, pelas Resoluções nº 57/13 e 56/13.

11. Processo nº. 20478/2015

Requerente: Des. José Luiz Oliveira de Almeida

Assunto: Propõe a revogação do artigo 4º da Resolução nº 07/2015, que regulamenta a prestação de serviço voluntário no âmbito dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania do Poder Judiciário do Maranhão.

São Luis, 06 de agosto de 2015.


Des^a. Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz
Presidenta da Comissão de Divisão e Organização
Judiciárias e Assuntos Legislativos